

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****3ª VARA CRIMINAL**

Rua Libanezes 1998, Fórum, Vila Nossa Senhora do Carmo - CEP 14801-425, Fone: (16) 3336-1888, Araraquara-SP - E-mail:

araraq3cr@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR**

Processo Digital 1530022-26.2018.8.26.0037  
 n°:  
 Classe - Assunto Termo Circunstanciado - Ameaça  
 Autor: Justiça Pública  
 Autor do Fato: ALEX SANDRO BELARDO

TERMO DE AUDIÊNCIA – (T.C. nº 1371/2018 – 147, *caput*, do Código Penal) – Em 29 de novembro de 2018, às 15h40, nesta cidade e comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, no edifício do Fórum, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal, sob a presidência do MM. Juiz de Direito, DR. ROBERTO RAINERI SIMÃO, que se achava presente comigo, escrevente a seu cargo, no final nomeado e assinado, apregoadas as partes para a audiência nos autos do Termo Circunstanciado supramencionado, movido pela Justiça Pública contra ALEX SANDRO BELARDO, constatou-se a presença do representante do Ministério Público, DR. MARCEL ZANIN BOMBARDI. Presente o autor do fato acompanhado do Defensor Público, DR. JOÃO FINKLER FILHO. Iniciados os trabalhos, dada a palavra ao representante do Ministério Público, por ele foi dito o seguinte: “MM. Juiz, proponho a aplicação de pena restritiva de direitos, nos termos do artigo 76 da Lei nº 9.099/95, consistente na prestação pecuniária correspondente ao pagamento de 01 (um) salário mínimo, no valor de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), em 02 parcelas de R\$ 477,00 (quatrocentos e setenta e sete reais), sendo a primeira em 10/12/2018 e a segunda em 10/01/2019, depositados na conta corrente do COMCRIAR – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Araraquara (FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), qual seja, conta nº 83.731-8, agência 0082-5, Banco do Brasil S/A. Compromete-se o autor do fato a apresentar, em cartório, o comprovante do depósito, assim que este seja efetuado. Está ciente o autor do fato de que o depósito deverá ser efetuado diretamente no caixa de atendimento pessoal do Banco, bem assim de que não será aceito comprovante de depósito realizado em terminal de caixa eletrônico. Para efetivação do depósito será necessária a apresentação do CPF do autor do fato.” A seguir, submetida a proposta à apreciação do autor do fato e do Defensor, foi ela aceita. Em sequência, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão: “VISTOS. Presentes os requisitos legais, acolho a proposta do Ministério Público, devidamente aceita pelo autor do fato e pelo Defensor. Via de consequência, homologo a avença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos”. Cientes os presentes. Este termo é assinado eletronicamente pelo MM. Juiz, sendo dispensada pelas partes presentes neste ato a providência do artigo 1269, § 1º, das Normas de Serviço da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ARARAQUARA**

**FORO DE ARARAQUARA**

**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Libanezes 1998, Fórum, Vila Nossa Senhora do Carmo - CEP

14801-425, Fone: (16) 3336-1888, Araraquara-SP - E-mail:

araraq3cr@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Corregedoria Geral de Justiça deste Estado. Nada mais. Para constar, eu, Helberte Fragalá Possi, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

MM. Juiz